



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 16 | Nº. 30 | Jan./Jun. de 2024

Yuri Manuel Francisco Agostinho

Faculdade de Artes da Universidade de Luanda / FART
yanessanguifada@gmail.com

BREVES NOTAS A RESPEITO DA ENTREVISTA REALIZADA COM MANUEL BARROS GABRIEL: Testemunho, Memória e História Oral.

RESUMO

O texto apresentado neste turno e os possíveis resultados estão centrados na figura de Manuel Barros Gabriel e nos seus testemunhos. Manuel Barros Gabriel nasceu no dia 11 de maio de 1938, em Luanda, no bairro Operário. A história oral foi usada como método para as entrevistas, a transcrição dos relatos e a análise dos depoimentos, o que nos permitiu aprofundar o debate sobre temas relacionados à história da cidade colonial de Luanda.

Palavras-chave: Manuel Barros Gabriel; cidade de Luanda;

ABSTRACT

The text presented in this shift and the possible results are centred on the figure of Manuel Barros Gabriel and his testimonies. Manuel Barros Gabriel was born on 11 May 1938 in Luanda, in the operário neighbourhood. Oral history was used as a method for the interviews, the transcription of the accounts and the analysis of the testimonies, which allowed us to deepen the debate on themes related to the history of the colonial city of Luanda.

Keywords: Manuel Barros Gabriel; city of Luanda; Testimony; Memory.

Introdução

O texto apresentado neste turno e os possíveis resultados são provenientes da realização de entrevistas realizadas em Luanda, cujo objetivo foi de pesquisar sobre a construção dos bairros indígenas de Luanda no período colonial. Manuel Barros Gabriel foi um dos entrevistados. Este artigo clarifica como chegamos até a ele e, a partir das suas narrativas, conseguimos encontrar questões significativas, que permitiram alargar o debate sobre questões ligadas a história da cidade colonial de Luanda.

A partir do testemunho de Manuel Barros Gabriel, tentamos fazer possíveis enquadramentos e leituras para sinalizar que as suas narrativas podem ser consideradas como um documento. Neste contexto, entendemos o testemunho como um documento,¹ partindo da perspectiva que uma das tarefas básicas dos documentos nos textos de história é a análise dos documentos, não para ilustrar o tema abordado, ou repetir o que já foi abordado, mas para dialogar com eles, questioná-los e, por meio de deslocamentos analíticos erigir uma nova compreensão dos eventos históricos e experiências sociais (GUIMARÃES NETO, 2023).

Para chegar à figura de Manuel Barros Gabriel, partimos das suas narrativas que se encontram registradas no livro de Katya Santos (2018) *Pedaços da História: Angola nas palavras de quem viveu*.² Posteriormente decidimos procurar pessoalmente Manuel Barros Gabriel, para uma possível entrevista. O nosso interesse ficou definido quando sentimos aceções sobre um aspecto da sua narrativa inscrita no livro supracitado. Seria um fio solto, se, por acaso, não olhássemos a dimensão e o lugar social das narrativas de Manuel Barros Gabriel para a pesquisa que era desenvolvida na altura.

A história oral, como metodologia, foi utilizada no processo das entrevistas e, na fase de transcrição dos depoimentos. Realizamos dois encontros com o Manuel Barros Gabriel, começamos a entrevista explicando a importância do seu depoimento para a pesquisa. Utilizamos a história de vida como fio condutor na

¹ O testemunho é um depoimento, é uma prova documental, possuidora de “verdade” histórica. Ricoeur (2007) faz referência que o testemunho é válido a partir de um processo epistemológico. Por outras palavras, o testemunho é arquivado, e visto como um documento. Os testemunhos, são narrativas, são artifícios históricos.

² O livro enquadra-se no género biográfico.

entrevista, justifica-se por ela, ser um dos gêneros dentro da história oral como metodologia.³ Outrossim, escolhemos trabalhar com a história de vida,⁴ devido à questão da memória, partindo do pressuposto que na base de toda lembrança vive uma intuição sensível, que podemos entender por uma situação de consciência puramente individual (HALBWACHS, 1990).

Com a metodologia implementada, foi possível encontrar diferenças de um mesmo assunto que Manuel Barros Gabriel, narrou quando foi entrevistado por mim em 2021 e pela Katya Santos em 2018. As diferenças encontradas, comprovam que um determinado assunto quando é narrado várias vezes por um narrador, o que vale encontrar nestes discursos, para além das diferenças, é entendermos como o narrador opera a sua memória e como ele endente as questões advindas do entrevistador no tempo presente, porque é a partir deste jogo, entre fazer a história oral, memória e a história, que entra o historiador como mediador.

Do mote ao testemunho

“Angola também é Portugal, o dinheiro ganho cá, é gasto cá, construíam Angola, levantam Angola porque também é Portugal” – Craveiro Lopes.⁵

A epígrafe que abre este subcapítulo é proveniente das palavras de Manuel Barros Gabriel (2018). Ela apresenta uma variedade de significados, o que me fez questionar o porquê de termos uma epígrafe tão poderosa e segura de um narrador que assinala Angola como uma província de Portugal. Outrossim, ela permite trazer um pequeno percurso feito por mim, permitindo desta forma, chegar ao íntimo daquilo que é possível retirar como camada para entendermos no cerne o motivo que levou Manuel Barros Gabriel (2018) a falar com segurança, sobre a relação subalterna da província de Angola em relação à metrópole.

³ Existem outras formas de se fazer história oral: uma delas é a partir da tradição oral e a outra é a partir da história temática.

⁴ Neste sentido, podemos falar de lembranças da infância e lembranças de adulto.

⁵ Este trecho que tratei como epígrafe no texto é proveniente das narrativas de Manuel Barros Gabriel, foi retirado do livro de Katya Santos (2018) *Pedaços da História: Angola nas palavras de quem viveu*.

Em 2020, quando cheguei à Luanda⁶ para fazer a pesquisa nos arquivos e em algumas instituições, tive o contacto com o livro de Katya Santos (2018) *Pedaços da História: Angola nas palavras de quem viveu*, o que chamou atenção na minha leitura, foram as narrativas de Manuel Barros Gabriel (2018) contidas no livro. Sendo um livro de memória, Santos (2018) procura trazer à ribalta memórias de idosos que vivem no beiral de Luanda. No livro é possível encontrar narrativas que tratam de variados assuntos, desde histórias de vida, trajetórias, tempos, bairros de Luanda, ou seja, dá para ver a geografia, a espacialidade e a relação existente entre bairros indígenas e a cidade de Luanda.

No livro, Katya Santos (2018) vai dividir os testemunhos de Manuel Barros Gabriel (2018), dando importância aos eventos imbricados na força das palavras onde o testemunho revisita, contextos sociais e políticos. Neste sentido, apresentaremos o essencial dos testemunhos que a autora conseguiu registrar provenientes do ato da entrevista feita ao Manuel Barros Gabriel:

Testemunho 1: apresentação sobre Manuel Barros Gabriel.

Nasci no dia 11 de maio de 1938, tenho 80 anos, sou de Luanda, nasci no bairro Operário. Aquilo era o Musseque Burity. O nome de Bairro Operário porque antigamente nós não tínhamos relógio de pulso e por aí afora. O nosso relógio era o apito do caminho – de – ferro, então aquele pessoal que trabalhava na companhia de Açúcar na fábrica de cigarro ETA, na companhia do café da Dimuca etc., todos moravam ali naquele meio, aí onde está a maternidade Ngangula, o cemitério Alto das cruces, aquele largo do Miramar, onde construíram lá casas, era tudo casa dos operários, morava todo o pessoal, quando o apito do caminho - de – ferro tocava pummm, aqueles autocarros subiam, para vir apoiar o pessoal. Por isso era bairro dos operários, quando os autocarros subiam lá em cima para apanhar os operários, 6h30 abre a porta, já sabíamos que a nossa hora era controlada pelo apito dos caminhos - de – ferro, aquilo tocava às 06h00, tocava às 07h00, 07h15, 12h15, assim sucessivamente, nós não tínhamos relógios, nem relógio de pulso (risos), por isso nasceu o nome de Bairro Operário, bairro dos operários, ali onde está a Gamek, ao lado do Cruzeiro, era a paragem de autocarros, o pessoal se concentrava aí. (MANUEL BARROS GABRIEL, *apud*, SANTOS, 2018, p.139).

Testemunho 2: a vinda de Craveiro Lopes e do ministro do ultramar, Adriano Moreira.

Luanda para ser Luanda, para ser construída, foi após a vinda de Francisco Higinio Craveiro Lopes, presidente da República Portuguesa, acompanhado pelo ministro do ultramar, Adriano Moreira. Até hoje, ali no bairro da cuca, tem uma rua com o nome dele. Foi aí onde passou o comício, o Adriano Moreira era o Ministro do Ultramar, que comandava

⁶ Proveniente de Pernambuco Recife – Brasil. Cheguei à Luanda no dia 21 de setembro de 2020.

todas as províncias ultramarinas portuguesas, [...]. (MANUEL BARROS GABRIEL, *apud*, SANTOS, 2018, p.140).

Testemunho 3: “angola também é Portugal, o dinheiro ganho cá, é gasto cá, construais angola, levantai Angola porque também é Portugal” – Craveiro Lopes.

Francisco Higinio Craveiro Lopes dizia, na palavra de ordem, que Luanda não tinha nada, não havia Alvalade, não havia nada, o bairro do Alvalade era barroca da companhia indígena, passavam coelhos e tudo. Vendo Luanda assim, então ele diz “Angola também é Portugal, o dinheiro ganho cá, é gasto cá, construai Angola, levantai Angola porque também é Portugal”. Nem havia bairro indígena aqui não havia Beiral, páh! As B’s 4, B’s 3 não havia nada disso. [...] Francisco Higinio Craveiro Lopes, após ter vindo cá, automaticamente faz um discurso, porque o objetivo dos portugueses era sacar daqui e ir construir no país deles e Angola ficava toda descalça. A palavra de ordem que era “O dinheiro ganho cá, é gasto cá, ninguém poderá tirar o dinheiro daqui isto também é Portugal”. [...] Quer dizer, o dinheiro daqui de Angola não tinha valor em Portugal, então os portugueses viram-se obrigados a construírem casas aqui, foi daí que começaram a vir para cá e ele disse: “Construam bairros para os indígenas, levantai escolas, levantai lares para os mais necessitados”, porque havia muitas pessoas sem o que fazer na rua. Foi aí que se construiu o Beiral, construiu-se o bairro Indígena, ficava ali onde está a Cidadela (indígenas éramos nós, os donos da terra). A B4, B3, as B’s mesmo, vieram através do Bairro Indígena que acabou por causa da construção da Cidadela, mas depois construiu-se o Cassequel, (do Lourenço e do Buraco), vieram através do Bairro indígena, porque naqueles tempos eram 200 angolares, que equivalem a 200 kwanzas. Com 200 angolares de renda durante um ano, a casa é sua. No Cassequel ninguém pagava renda, aí nas C’s ninguém pagava renda. (MANUEL BARROS GABRIEL, *apud*, SANTOS, 2018, p.140 - 141).

Os testemunhos narrados por Manuel Barros Gabriel, como vimos, trazem um índice de acontecimentos, que vão se acoplar num determinado espaço e tempo de uma memória que recupera marcas. Esta memória, ao ser trazida para o presente, não foge do anacronismo. A necessidade de narrar um acontecimento, leva-nos para uma viagem, onde a oralidade é um meio que visa buscar o que queremos retirar sobre o passado, o resultado desta viagem se transforma em narrativas compostas por paisagens, personagens, datas, acontecimentos, imagens e corpos.

Confrontar as narrativas de Manuel Barros Gabriel: uma forma de ir buscar o diferenciado no relato oral.

Podia dar-me por satisfeito de ter o livro de Katya dos Santos em minha posse como uma fonte, mas decidi ir à procura de Manuel Barros Gabriel no Beiral de Luanda. Depois de uma grande burocracia devido à covid-19, isto porque, o beiral alberga pessoas de terceira idade, depois de alguns meses

consegui fazer as entrevistas ao Gabriel em 2021. Na verdade, o interesse da entrevista era de tentar encontrar lugares-comuns e confirmar algumas camadas inscritas nas narrativas que consegui observar no Livro de Santos (2018). Neste contexto, quais seriam estes lugares-comuns, encontrados no livro de Santos (2018) em relação às narrativas provenientes da entrevista feita ao Gabriel?

Um dos exemplos é a mesma forma como Gabriel (2021) narrou quando foi entrevistado por mim e por Santos (2018), por isso, encontramos uma grande aceção na epígrafe⁷. Conforme esclareci, não me dei por satisfeito com as narrativas de Gabriel (2018) que se encontram no livro de Santos (2018). Isto porque a tarefa do historiador é também escavar e, partir das possibilidades que estiverem ao seu alcance, poder escavar nas narrativas, nas imagens, nos conceitos, no lugar da história, nas fontes e nos arquivos.

Olhando para as narrativas provenientes da entrevista feita ao Sr. Gabriel (2021), chegou um momento que ele afirmou que Luanda começou a crescer depois da vinda do presidente da república portuguesa Francisco Higinio Craveiro Lopes, na companhia do ministro do Ultramar, professor doutor Adriano Moreira. Gabriel (2021) disse que, na altura da visita do presidente, ele já se considerava um homem, que se lembra que naquela altura, ele e os colegas foram convocados⁸ para receber o ministro do Ultramar Adriano Moreira.

Gabriel (2021) ao referir-se a esta visita, diz que ela vai ficar na história, visto que existe atualmente um bairro em Luanda como o nome de Adriano Moreira. Ele nos confirma que foi neste espaço geográfico onde se passou o comício. Foi neste comício que Adriano de Moreira proferiu o seguinte: “nós é que representamos à vontade. Meus senhores portugueses, capitalistas, monopolistas, o dinheiro ganho cá, é gasto cá, construam casas para os indígenas”.⁹ Este relato, também, encontramos no livro de Santos (2018). Se olharmos para as narrativas de Manuel Barros Gabriel em relação às entrevistas feitas por mim e por Santos (2018), constatamos que existem diferenças no discurso. Se por um lado, Gabriel (2021) vai nos dizer que foi Adriano Moreira

⁷ Não fui com o intuito de perguntar as mesmas questões que Santos (2018) perguntou, mas para a nossa surpresa, Gabriel (2021) acabou por narrar questões que também foram possíveis encontrar no livro de Santos (2018).

⁸ Foram convocados porque faziam parte de uma banda musical.

⁹ Entrevista feita ao Manuel Barros Gabriel, cedida ao Yuri Agostinho, no dia 11/07/2021 em Luanda – Beiral. A entrevista teve duração de duas horas e 26 minutos.

que proferiu o trecho que utilizamos como epígrafe. Por outro lado, no livro de Santos (2018) encontramos que foi Francisco Higino Craveiro Lopes que proferiu o trecho.

Em 1956, no primeiro ano de governação de Sá Viana Rebelo – Governador, Geral de Angola, o presidente da república Francisco Higino Craveiro Lopes esteve duas vezes em Angola, a primeira em agosto, e a segunda em setembro (Um ano na chefia..., 1957, p. 6). Numa destas ocasiões podemos enquadrar o evento que ficou marcado na memória de Manuel Barros Gabriel (2021). É importante realçar que não ficamos preocupados com a questão da autoria do trecho que fiz como uma epígrafe, se é de Adriano Moreira ou de Francisco Lopes, isto porque, estamos a lidar com a memória, por isso, vamos encontrar essas diferenças nos discursos.

O historiador, ao encontrar diferenças num relato proveniente de um narrador, sobre um mesmo assunto, não deve estar acomodado numa torre de marfim. Pelo contrário, admitimos que o historiador pode ser o sujeito que irá esclarecer as ambiguidades, as políticas do passado e olhar para a maquinaria da constituição das memórias, não aceitando levar pelas expressões da vulgarização ou sacralização da memória. A partir da análise histórica com o suporte da historiografia, pode, inclusive, relativizar as memórias, ou melhorar, questionar a função desse passado rememorado. “Esquecer também é uma das faces do campo da memória, estudar o que é esquecido e o que é lembrado parece fundamental para entender o presente” (FERREIRA, 2006, p. 201).

Manuel Barros Gabriel ao trazer esses relatos, quais são as perguntas que podem ser feitas, se correlacionamos com determinadas fontes? Podem ser formuladas questões ligadas ao urbanismo feito por Portugal na colônia de Angola? Nesse contexto, até que ponto a Câmara Municipal de Luanda - CML, dependia de orientações provenientes do Ministério do Ultramar em termos de matérias relacionadas com a gestão da cidade de Luanda? Qual era a relação entre os atores do urbanismo?

São questões que nos conduzem para um lugar em que, será possível olhar as relações de poder, quando esta precisa recorrer “a proibições e comandos”. Ou seja, as construções do poder supraindividuais têm uma estrutura diferente de mediação. “O todo se comporta com o indivíduo de maneira diferente e correspondente. Se falta mediação, o todo oprime o

indivíduo. Aqui, o poder precisa recorrer a proibições e comandos” (HAN, 2019, p.19 - 20).

Analisar as relações de poder entre os atores do urbanismo, permite compreender como os objetos urbanos foram tratados no âmbito das reformas, onde o poder na metrópole foi exercido de uma forma que fez, com que, a CML deixasse de atuar na gestão da cidade de Luanda. Esse poder esteve nas relações entre o Gabinete de Urbanização Colonial - GUC e a CML, deu origem a uma nova forma de se pensar e de se fazer a cidade. Sendo assim, o desenho urbano da cidade de Luanda, também pode ser interpretado a partir das relações entre os agentes do urbanismo ou a partir dos processos administrativos do fórum urbanístico.

O testemunho em Manuel Barros Gabriel: possíveis enquadramentos e leituras de um documento.

Os testemunhos orais de Manuel Barros Gabriel de (2018) e de (2021) “representam a parte dos recursos documentais que o historiador pode socorrer-se, para alargar o debate historiográfico¹⁰ e o recorte temático” (MONTENEGRO, 2007, p. 30). Digo isto, porque a história deve ser feita por embates e confrontos. Ou seja, ela deve ser tensionada, as narrativas de Manuel Barros (2018) e (2021) podem funcionar como uma contra narrativa em oposição aos discursos demarcados na historiografia.

O testemunho, assim, em sua ligação com a memória, “está no ponto inicial do discurso histórico com múltiplos empregos, em particular, o que exatamente nos interessa, na narrativa histórica” (RICOEUR, 2007, p. 176 - 177). A memória não é história e, a história é feita a partir de dados memoriais, “o historiador não tem o monopólio sobre a memória, mas ele detém os instrumentos para lidar com a pluralidade e a fragmentação da memória” (FERREIRA, 2006, p. 201).

O historiador deve estar no entremeio, ou seja, estar “entre duas condições de fronteira” na perspectiva de Bhabha (1998) e aproveitar a força da história, da escrita, do documento e do espaço vivido pelo narrador no ato da

¹⁰ Alargar o debate, referimo-nos, por exemplo, que a historiografia afeta a cidade colonial de Luanda, pode ser alimentada por memórias providas de narrativas de pessoas que vivem na cidade. A trajetória destes Habitantes, funcionaria como um índice temático que pode ser relacionado com os eventos sinalizados na história oficial.

reminiscência. A memória não é uma totalidade, ela solta-se do passado, rói o presente e o devir, ela desperta e, se consolida nas dimensões do tempo social e abre caminho para o debate. Se considerarmos a confrontação dos testemunhos de Manuel Barros Gabriel de (2018) e (2021), como um mero exercício, estamos negligenciando a importância da fonte oral. Ou seja, ao colocarmos a fonte oral ao mesmo nível como qualquer documento histórico, “submetidas a contraprovas e análises, fornecem pistas e informações preciosas, muito inéditas, impossíveis de serem obtidas de outro modo” (AMADO, 1995, p. 134).

É no testemunho que se funde o elo com a memória e uma determinada experiência. Por exemplo, ao olharmos para o testemunho de Manuel Barros Gabriel, vamos contemplar associações e resíduos extralinguísticos¹¹ que são as bases do testemunho, dos eventos e situações que formam a sua memória-testemunho, agenciada por um plano de linguagem voluntária, que se consubstancia no contexto de experiências por um lado. Por outro lado, se desloca para “um estado das coisas localizadas num tempo e num espaço específico” (KOSELLECK, 2020, p. 9).

Manuel Barros Gabriel, ao falar sobre o “dinheiro” “capitalismo” “construir Angola”, nos permite partir do pressuposto que numa palavra simples é possível encontrar “grandes significados”. Ou seja, em história oral, não é necessário o narrador ir ao fundo de questões para descrever um dado fato, às vezes a partir de uma palavra e de um gesto simples, é possível fazer deslocamentos analíticos para dialogar, rachar sentidos e conceitos que foram cristalizados num determinado contexto na historiografia.

Neste sentido, com as expressões: “dinheiro” “capitalismo” “construir Angola” autorizam-nos partir para a questão do problema da falta de habitação que a cidade de Luanda enfrentou a partir de 1940 até próximo de 1975. Por outro lado, permite fazer uma correlação entre aquelas entidades que podiam responder questões sobre as demandas de falta de habitação, e aqueles que pela sua condição podiam dar resposta ao problema. Mas afinal de contas, nesta altura quem construía em Luanda?

¹¹São as linguagens, ou símbolos convertidos em linguagem que ao longo da experiência de vida do narrador, ele consegue ler e entender a sua sociedade e o passado.

Quem construía em maior escala era o pequeno funcionário, por conseguinte o comerciante, os empregados do comércio, as entidades do estado e algumas iniciativas privadas. A razão de destaque do funcionário tem a ver com a questão do privilégio de crédito que estes usufruíam. Um crédito que não era extensivo para as outras classes, e se fosse, já traria resultados significativos na resolução do problema de habitação em Luanda (LUANDA, em 1941, bateu o “record “ ..., 1941, p. 9).

O testemunho de Manuel Barros Gabriel atinge o reflexo de uma determinada época de Luanda, marcada pela falta de casas e de medidas para mitigar este problema. A chamada de atenção percebida nas narrativas de Adriano Moreira, conforme o relato de Manuel Barros Gabriel: “o dinheiro ganho cá, é gasto cá, ninguém poderá tirar o dinheiro daqui; isto também é Portugal, construam casas para os indígenas”, nos permite conjuntar questões ligadas sobre o pouco investimento no âmbito urbanístico que Portugal disponibilizava para a construção de moradias para as populações com poucos recursos em Angola. Não vou adiantar números reais sobre os valores para se ver, de fato, se Portugal agia desta forma. Mas, com uma notícia publicada no *jornal A província de Angola* na sua edição do dia 31 de dezembro de 1957, permite reforçar este assunto dos diminutos investimentos:

Mesmo com o ritmo e o fomento de obras em Luanda, a insatisfação continuava, isto porque, anteriormente não se fez por Luanda em termos de habitações confortáveis e higiénicas, mesmo para aqueles tais ditos brancos saídos da metrópole, chegados em Luanda, muitos não aceitavam investir seus capitais para construir. Muitas vezes quem dispunha, preferia transferir para metrópole e aí emprega em prédios ou em quintas, e muitas famílias chegadas da metrópole, mal acomodadas, muitas fugiam de Angola. [...]. (O Ritmo e o fomento..., 1957, p. 11).

Outrossim, “o testemunho nos leva, de um salto, das condições formais ao conteúdo das “coisas do passado”, das condições de possibilidades ao processo efetivo da operação historiográfica” (RICOEUR, 2007, p. 170). Ao confrontarmos os testemunhos de Manuel Barros Gabriel, atraímos voluntariamente a sua memória – testemunho para um índice indiciário que nos leva para a condição de uma operação historiográfica e, por outro lado, nos permite falar de “memória dos locais”.

A memória dos locais pode guardar coisas importantes para as pessoas (ASSMANN, 2021). As memórias dos locais, nos testemunhos de Manuel Barros Gabriel (2018), sinalizam o musseque, o Alto das Cruzes, a maternidade Ngangula, o bairro Miramar, o bairro Operário, o bairro Cruzeiro, o bairro Alvalade, o bairro Hoji-Ya-Henda, a cidade de Luanda, o Beiral de Luanda, o bairro indígena e o bairro Marçal. Esta geografia, que compósita as memórias locais nos testemunhos de Manuel Barros Gabriel, se urbaniza, se diversifica e se privatiza, porque produz lugares na cidade de Luanda. Os relatos se escondem nos cantos dos bairros, das famílias ou dos indivíduos (CERTEAU, 1998).

Nos testemunhos de Manuel Barros Gabriel, podemos encontrar fragmentos da cirurgia do sistema colonial português e do poder colonial que atuava sobre a cidade de Luanda. Dessa forma, como as relações de poder e o testemunho de Barros ou documentos permitem compreender essa relação de poder?

Como vimos, Manuel Barros Gabriel se justifica por estar presente em um momento histórico relevante dessa relação colonial. Seu relato está intimamente ligado à situação colonial, e é possível observar como as pessoas vivem nesses lugares e como se organizam. Dessa forma, é possível compreender como era a cidade colonial de Luanda, como os corpos estavam organizados em relação aos lugares, às classes, e como o poder colonial controlava e disciplinava os corpos. Vejamos o que Manuel Barros Gabriel narrou:¹²

Em Luanda, ainda não existia a Companhia dos serviços indígenas, assim como não havia Alvalade. Nós chamamos as barrocas da companhia indígenas de Alvalade, uma vez que, quando jovens, íamos à caça de coelhos. É possível notar estes quartéis militares no R20, uma vez que a maioria das tropas era composta por indivíduos indígenas. Na classe dos Praças, havia a classe I e a classe C. Os da classe C são os soldados denominados assimilados. Já recebi o bilhete de identidade. Por exemplo, o bilhete de identidade geral indica que sou filho de uma família assimilada. Meu pai já trabalhava para a imprensa Nacional. Os nomes dos bairros, como por exemplo, Rangel e Sambizanga, são os nomes das primeiras pessoas que viveram e nasceram nesses locais, porque não foram os portugueses que deram o nome. O comboio partia da estação do musseque, que era pequena e abrigava uma casita. [...]. (MANUEL BARROS GABRIEL, 2021).

¹² Entrevista feita ao Manuel Barros Gabriel, cedida ao Yuri Agostinho, no dia 11/07/2021 em Luanda – Beiral. A entrevista teve duração de duas horas e 26 minutos.

Os bairros e alguns lugares de Luanda supraditos pelo Manuel Barros Gabriel, contemplados a partir do processo de rememoração, agenciam lugares de memórias que se tornam micros lugares de memória. Os lugares de memórias podem permanecer estáveis na longa duração, congelados, por exemplo, nos topônimos. Os lugares de memória podem estar num bairro onde as pessoas que vivem nele ou que viveram nele carregam memórias (CANDAU, 2005).

O testemunho voluntário de Manuel Barros Gabriel, é diversificado e fragmentado, a memória-testemunho age desta forma, ela não é linear, ela sofre abalos, porque no ato de reminiscência passa pela tempera de uma operação de longa duração, um processo que transforma a memória. Por outras palavras, estamos a nos referir às relações do corpo e a memória, a lembrança, a imagem, o desdobramento do pensamento ao cérebro, a significação e a percepção, são elementos que estão atrelados na tarefa de elaboração do passado (BERGSON, 2006).

O testemunho voluntário e involuntário em Manuel Barros Gabriel, como linguagem verbal, desde a ocasião em que se constitui enquanto tal, adquire a configuração de relato, – ganha sentido quando contextualizado em uma sequência narrativa. De tal modo, o seu valor para a pesquisa histórica alcança efetividade quando a sua acepção é causada narrativamente e desenha os traços da experiência temporal (GUIMARÃES NETO; MONTENEGRO, 2020).

Por exemplo, quando entrevistei Manuel Barros Gabriel, ele mencionou o ano e o bairro em que nasceu, mas, se confrontarmos com o que ele disse na entrevista à Katya Santos, o tema do bairro aparece no mesmo lugar (bairro Operário), mas as datas de nascimento divergem. A mim, ele disse que nasceu em 1942 para a Katya Santos. Ele relatou que nasceu em 1938. Este esquecimento, está atrelado à dimensão da memória, ou seja, a lembrança e o esquecimento são artefatos da memória, um não existe sem o outro, na arte de atualizar o passado, quando evocado. A memória nos dá a sensação de pertencimento e existência, pois sem ela, não nos reconhecemos como seres sociais, não reconhecemos as nossas experiências e o que está à nossa volta. “Daí a importância dos lugares de memória para as sociedades humanas e para os indivíduos” (RIBEIRO, *apud*, CARELLI; MONTEIRO, 2007, p. 2).

Além disso, Manuel Barros Gabriel, ao dizer “eu vi Luanda crescer, naquele tempo não havia Alvalade, não havia nada, nem o bairro do cruzeiro existia, por isso, é que tem aquele cemitério Alto das Cruzes. Naquela época, o cemitério não podia ser localizado no centro da cidade, pois era descoberto”.¹³ Manuel Barros Gabriel ao colocar-se como testemunha ocular, cria uma narrativa que se “conecta com um testemunho que se relaciona com a linguagem utilizada para expressar o que foi vivido como experiência” (GOMES; GUIMARÃES NETO, 2018).

As camadas e os vestígios encontrados nas narrativas de Manuel Barros Gabriel, se consolidam no tempo presente, porque se envolvem numa operação de análise e validação de um documento. A necessidade de trazer a ribalta camadas que simbolizam memórias de Luanda como uma cidade colonial, implicou atingir temporalidades subjetivas e sujeitos, que o espaço urbano colonial contém, isto porque o espaço é experienciado, vivido e qualificado, como um lugar no tempo.

Embora o testemunho de Manuel Barros Gabriel seja voluntário, este tatear na memória, este ruminar e busca de associar os lugares na cidade colonial de Luanda, se traduz numa criação no momento. Ou seja, ao contemplarmos as camadas do passado, ou quando atingimos elas, este exercício é caracterizado como um agenciar, “partindo da capacidade evocativa e de significado que cada fração do passado possa dar à recriação imaginária de uma cidade. Ou, ainda, o quanto de memória, história e o sentido que ela possa invocar” (PESAVENTO, 2004).

Neste contexto, qual é a cidade colonial de Luanda que se apresenta a partir de leituras das camadas do testemunho de Manuel Gabriel Barros? E quais serão os seus possíveis enquadramentos entre a memória e a história oral como metodologia?

É uma cidade em movimento, uma cidade que anda e com vida. Ou seja, uma urbe que se apresenta com um movimento que se liga ao proletariado. No período da manhã a cidade narrada por Manuel Gabriel Barros (2018) se apresenta a partir de corpos que se deslocavam do bairro operário, dos

¹³ Entrevista feita ao Manuel Barros Gabriel, cedida ao Yuri Agostinho, no dia 11/07/2021 em Luanda
– Beiral. A entrevista teve duração de duas horas e 26 minutos.

musseques e, desciam para a cidade do asfalto (cidade banca), este movimento também é retratado por Macedo (1989) no seu livro *Obreiros do Nacionalismo Angolano: Ngola Ritmos*. O autor, ao falar dos trânsitos que eram feitos na cidade, inscreve na memória histórica da cidade de Luanda, homens que ele vai denominar por super-homens.¹⁴

Os movimentos agenciados na cidade, provenientes das narrativas de Manuel Gabriel Barros, devem ser entendidos a partir de uma cidade gerada pela memória, uma cidade imaginada, uma cidade proveniente das marcas que repousam na memória-testemunho e de um processo de rememoração.

A história oral “não pode ser vista como disciplina no campo da história como ciência, mas é uma metodologia ou prática de pesquisa” (GUIMARÃES NETO, 2012, p. 15). Ao fazermos o exercício de entrevistar Manuel Barros Gabriel em 2021, e confrontar suas narrativas com as narrativas registradas no livro de Katya Santos (2018), os resultados mostram que a memória de Manuel Barros Gabriel, tornadas como memória-testemunho não são iguais na sua plenitude, isto explica-se porque a memória assenta-se na reconstrução e reelaboração face os deslocamentos que as experiências diárias produzem em nós e, por extensão, em nossa forma de reler e reconstruir nosso passado enquanto memória individual e coletiva (GUIMARÃES NETO; MONTENEGRO, 2020).

Katya Santos (2018) ao entrevistar Manuel Barros Gabriel não utiliza as mesmas ferramentas que um historiador tem a sua disposição, quando trabalha com a história oral como metodologia, isto pode se compreender por que Katya Santos (2018) parte do lugar de escritora, sua contribuição permitiu dialogar com o campo da memória. Em relação ao procedimento que fiz, aprez me dizer que se aproxima a tarefa que um historiador faz no processo da operação historiográfica: “saber conectar os fios, amarrar os nós, respeitando os vazios e silêncios que constituem o desenho do passado, entramado dos tempos” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p. 33).

Também, podemos rachar o sentido das narrativas de Manuel Barros Gabriel, se formos capazes de olhar os agenciamentos contidos nas narrativas. Por exemplo, a epígrafe que abre a nossa exposição: “Angola também é

¹⁴ Homens que se deslocavam à cidade, para realizarem várias tarefas, como: carpinteiros, pedreiros, pintores de edifícios.

Portugal, o dinheiro ganho cá, é gasto cá, construir Angola, levantai Angola porque também é Portugal”, leva-nos para uma história de conexões, ligada a cidade de Luanda, ao Indigenato como dispositivo e ao urbanismo feito em Luanda no período colonial.¹⁵

Por isso, não escolhemos a epígrafe por escolher, sua escolha, parte da perspectiva que nela contém elementos persuasivos da situação colonial que inscreve relações de poderes (entre a metrópole e a colônia) e a governamentalidade entre sujeitos e instituições. Ou seja, ao fazermos leituras nas narrativas de Manuel Barros Gabriel, para além de darmos estatuto para ser um documento, rachamos a possibilidade de olhar os elementos que estão na superfície das narrativas numa só perspectiva. Pode-se até não capturar de forma integral as significações contidas nas narrativas, ou mesmo determiná-las mediante uma afinidade que se almeja natural entre o dito e o vivido ou que se idealiza real, por isso, é necessário rachar as palavras, as coisas e abrir à força seus liames naturalizados e evidentes com as coisas, com o que se denomina real (DELEUZE, 1992; MONTENEGRO, 2006).

Por exemplo, quando Manuel Barros Gabriel afirma: “Luanda para ser Luanda, para ser construída, foi após a vinda de Francisco Higinio Craveiro Lopes, presidente da república portuguesa, acompanhado pelo ministro do ultramar, Adriano Moreira”. Se ficarmos presos nesta narrativa sem olhar a força dela, arriscamo-nos aceitar que o desenvolvimento urbanístico de Luanda começa após a vinda de Francisco Higinio Craveiro Lopes. Mas se racharmos o sentido da narrativa, podemos dizer que o desenvolvimento de Luanda, em termos urbanísticos nos anos 40, 50 e 60 do século XX, esteve relacionado com eventos externos e internos da realidade portuguesa conjugados com a situação colonial.

O documento oral não é uma obra, nem um objeto, tem uma história, está ligado a redes, a fios, a labirintos. O historiador deve segui-lo, acompanhá-lo, pontuá-lo ou, talvez, abrir novas redes e possibilidades de significado. É por isso, o historiador, ao erigir sua fonte; escolhe os narradores as matérias a serem tratadas na entrevista, constitui uma relação com a testemunha. O entrevistador

¹⁵ Por outras palavras, é um assunto de maior alcance que visa examinar a construção dos bairros indígenas em Luanda em meados do século XX. Para mais informações, ver o trabalho de Agostinho (2018), *os «indígenas» entre o dualismo e a segregação no espaço urbano de Luanda, 1930 -1960*.

e o entrevistado ao adotarem papéis diversos, também têm influência no relato a ser narrado. Igualmente, temos de compreender o lugar social do pesquisador, seus interesses, os aspectos técnicos, metodológicos da pesquisa, a operação das escritas e a escolha dos seus personagens (VANGELISTA, 2006; MONTENEGRO, 2006; JABLONKA, 2016).

Durante a entrevista, com Manuel Barros Gabriel (2021), notou-se que, em determinado momento, o seu discurso já estava elaborado. Digo isso porque ele foi buscar alguns eventos que mencionou na ocasião em que foi entrevistado pela Katya Santos (2018). Com esta constatação, levantam-se questões que vão em torno do espaço da recordação e, sobre as imagens que habitam e não habitam na sua memória. Fizemos o exercício, de mostrar algumas imagens (fotografias) sobre a cidade colonial de Luanda ao Manuel Barros Gabriel (2021), para o nosso espanto, não conseguiu relatar nada sobre as imagens, o silêncio teve lugar naquele instante na entrevista.

É relevante destacar que, para nós, o silêncio de Manuel Barros Gabriel (2021), tem um significado que se inscreve na questão da percepção. Ou seja, a percepção, tal como a tendemos, mede nossa ação possível das coisas sobre nós, a memória se insere na percepção: de fato não há percepção que esteja impregnada de lembranças. Aos dados imediatos e presentes de nossos sentidos misturamos milhares de detalhes de nossa experiência. Em geral, essas lembranças deslocam nossas percepções reais, das quais não conservamos então mais que algumas indicações, simples “sinais” destinados a nos lembrar antigas imagens (BERGSON, 2006). Por isso, Manuel Barros Gabriel teve dificuldades para responder quando mostramos a fotografia, possivelmente as imagens já não habitavam na sua memória.

Enfim, consideramos que a memória de Manuel Barros Gabriel (2021), está habitada até certo ponto com algumas experiências agenciadas por acontecimentos que se inscrevem num regime de historicidade. Fica claro, que na fonte oral se confirmam os eventos de vida de uma pessoa, ou do passado de uma família, de um lugar, de um grupo. A fonte oral propicia a visão individual, subjetiva, dos fatos, uma visão subjetiva que, por outra parte, coloca em constata diálogo interno com o sentimento de um grupo (familiar, local, “étnico”, nacional) e de uma época (VANGELISTA, 2006).

Considerações finais

Como vimos, a partir de uma análise nas narrativas de Manuel Barros Gabriel, conseguimos encontrar elementos significativos que serviram para ampliar o debate em questões ligadas a história da cidade colonial de Luanda. Confrontar e analisar as narrativas de Manuel Barros Gabriel, provenientes de entrevistas separadas no tempo e feitas por entrevistadores diferentes, são exemplos, básicos e demonstrativos, que a história oral tem a sua metodologia e o resultado proveniente deste fazer, pode ter o seu valor como um documento histórico quando é validado. Por isso, em história oral, aqueles achados (documentos) que achamos que não têm valor, podem ser de grande valia se tivermos a capacidade de fazer outras leituras e dar outros sentidos na construção do fazer histórico.

Referências

- AGOSTINHO, Yuri Manuel Francisco. Os «indígenas» entre o dualismo e a segregação no espaço urbano de Luanda, 1930 -1960. **Revista Cadernos de África Contemporânea**, ano I, nº I, jan/jun., 2018. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/cac/article/view/14259>. Acesso em: 25 fev. 2024.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da História**. São Paulo: Intermeios, 2019.
- AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **História**, São Paulo, 14: 125-136, 1995.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Trad. Paulo Soethe. Campinas, Sp: Editora da Unicamp, 2011.
- BERGSON, Henri. **Memória e vida**. Textos escolhidos. Trad. Claudia Berliner. São Paulo. Martins Fontes, 2006.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- CANDAU, Joël Candau. Antropologia da Memória. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.
- CARELLI, Ana Esmeralda; MONTEIRO, Silvana Drumond Ciberespaço, memória e esquecimento., 2007. In: **II seminário em ciência da informação - UEL**, Londrina, 2007.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: 1 – Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- contemporâneo: tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV
- DELEUZE, Gilles. **Conversações, 1972 – 1990**. São Paulo: Ed. 34, 1992. Editora, 2018.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Oralidade e memória em projetos testemunhais. In: LOPES, Herculano Antonio... [et. al.] (org). **História e Linguagens: texto, imagem, oralidade e representações**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

GOMES, Angela de Castro; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Trabalho escravo**

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Crítica Histórica: o documento como aprendizagem como debate historiográfico. In: MONTENEGRO, Antonio Torres; ARAÚJO, Karlene Sayanne Ferreira (org.). **Historiografia: rastros e vestígios documentais de trabalhadoras e trabalhadores**. Recife: Ed. UFPE, 2023.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas. In: MONTENEGRO, Antonio Torres ... [et. al.] (org). **História Oral, desigualdades e diferenças**. Recife: Editora UFPE, 2012.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; MONTENEGRO, Antonio. Testemunho, narrativa e historiografia. In: AMORIM, Helder Remigio de ... (et. al.) (org). **História em debate: cultura, intelectuais e poder**. Curitiba: Appris, 2020.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

HAN, Byung-Chul. **O que é poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

JABLONKA, Ivan. **La historia es una literatura contemporânea: manifesto por las ciências sociales**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2016.

KOSELLECK, Reinhart. **História de conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social**. RJ: Contraponto, 2020.

LUANDA, em 1941, bateu o "record" de construção de prédios para a habitação. **Jornal Diário A província de Angola**, p. 9, 12 ago. 1942.

MACEDO, Jorge. **Obreiros do Nacionalismo Angolano: Ngola Ritmos**. Luanda: União dos escritores angolanos, 1989.

MONTENEGRO, A. T. Rachar as palavras. Ou uma história a contrapelo. **Estudos Ibero-Americanos**, [S. l.], v. 32, n. 1, 2006. DOI: 10.15448/1980-864X.2006.1.1299. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/1299>. Acesso em: 25 fev. 2024.

_____. História e memória: combates pela história. **História Oral**, V.10, n.1, Jan-jun, 2007, p. 27- 42.

O RITMO e o fomento de obras em Luanda. **Jornal A província de Angola**, p. 11, 31 dez. 1957).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade, Espaço e Tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. In: **Fragmentos de Cultura**. Goiânia, v. 14, 9, p. 1543-1544, set. 2004.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Katya. **Pedaços da História: Angola nas palavras de quem viveu**. Luanda: Editora Acácias, 2018.

UM ANO na chefia do governo geral de Angola. O Governador – Geral de Angola, Sr. Tenente-Coronel Sá Viana Rebelo. **Jornal Diário Popular**, p. 6, 28 fev. 1957.

VANGELISTA, Chiara. Da fala à história: notas em torno da legitimidade da fonte oral. In: LOPES, Herculano Antonio... [et. al,] (org). **História e Linguagens: texto, imagem, oralidade e representações**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

Yuri Manuel Francisco Agostinho

Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Mestrado em Ensino de História de África pelo Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda- ISCED. Possui graduação em Antropologia pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto. Com vasta experiência nas áreas de História, cultura e memória, suas pesquisas abrangem temas como ensino de História, Patrimônio, História de Angola, História de África, representações de África, História das cidades, História Pública, Antropologia urbana, História das populações e questões demográficas, Arte Africana e Saúde Pública (gestão de dados epidemiológicos e análise de dados).

Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/9011058537644661>
